NOVOS HABITATS

Marco Beltrão - Finalista I Nominee
Patrícia Santos Pedrosa - Orientador I Tutor

A Rua Reconstruída

Qualificação do Espaço Intersticial em Habitação Colectiva

Abstract

Não é novidade o facto da produção arquitectónica se ter vindo a tornar num processo cada vez mais visual. A exploração das imagens cada difundia da arquitectura encontra-se todos os dias reflectida na regorgitação contínua de projectos em sites como o ArchDaily. O tempo que temos para olhar para um projecto ressume-se ao scanlear freenético ao scroll de um rato, que ocasionalmente assegura perante uma imagem mais apelativa. A difusão dos instrumentos digitais na produção arquitectónica em vez de semeador o tempo de exploração e investigação de um projecto transformou-o num processo mais rápido e com prazos de entrega mais curtos. O tempo que actualmente se dedica à reflexão em arquitectura não é mais que o aval, dado pelo arquitecto à sociedade, para a desacreditação da profissão.

A própria forma como os trabalhos académicos finais tentam ser catalogados, de práticos ou teóricos, ajuda a perceber algumas das expectativas que se tem relativamente à arquitectura – demarcando o distanciamento entre as duas. No entanto, todas as dissertações dadas como práticas, a meu ver, não são mais do que representações de ideias, que nunca chegam a ser verdadeiramente postas em prática. Todas essas representações, embora se apresentem sobre um discurso muito dependente das imagens, necessitam sempre da narrativa textual para conseguirem comunicar. Não se pretende aqui questionar a capacidade de comunicação de uma imagem mas antes uma sensibilização relativamente ao potencial que um texto pode ter. Tal como nas imagens, também com o texto nos é possível simular ou manipular uma realidade, no entanto a utilização deste modo de representação permite-nos ainda estimular a capacidade especulativa de cada um de nós, uma vez que não encerra a sua descrição, exclusivamente, aos elementos que apresenta. O receio de assumir o processo arquitectónico como algo teórico parece reflectir-se no medo de ver a arquitectura representada por algo de apreensão não imediata. Todo este enfoque procura contextualizar um trabalho de investigação não só baseado em ensaios teóricos mas também no desenvolvimento de um projecto como forma de chegar a algumas conclusões. Assim sendo e mais do que a formalizaçãoo de uma proposta encerrada na representação de um objecto específico, A Rua Reconstrùída consiste na determinação de algumas premissas capazes de contribuírem para a formulação de um projecto urbano de habitação, atento ao actual desfasamento entre sujeito e cidade, percebendo e mediando a transição entre público e privado, sem fragilizar as suas finalidades.

Não se pretende aqui questionar a capacidad de comunicación de una imagen mas antes una sensibilización relativamente al potencial que un texto pode ter. Tal como nas imagens, también com o texto nos é posslvel simular ou manipular uma realidade, no entanto a utilización deste modo de representación permite-nos ainda estimular a capacidade especulativa de cada um de nós, una vez que no encierra a sua descripción, exclusivamente, aos elementos que apresenta. O receio de assumir o processo arquitectónico como algo teórico parece reflectir-se no medo de ver a arquitectura representada por algo de apreensão não imediata. Todo este enfoque procura contextualizar um trabalho de investigação não só baseado em ensaios teóricos mas também no desenvolvimento de um projecto como forma de chegar a algumas conclusões. Assim sendo e mais do que a formalizaçãoo de una proposta encerrada na representação de un objecto específico, A Rua Reconstrùída consiste na determinação de algumas premissas capazes de contribuírem para a formulação de un projecto urbano de habitação, atento ao actual desfasamento entre sujeito e cidade, percebendo e mediando a transição entre público e privado, sem fragilizar as suas finalidades.

1. Contextualização

Actualmente as metrópoles caracterizam-se por uma alta densidade populacional, porém essa tendência não corresponde a uma expectável agregação social, uma vez que mais facilmente associamos esta noção a pequenos ajuntamentos, como acontece nas aldeias. As pessoas passaram a estabelecer-se nestes ajuntamentos de grande densidade-cada o designio de atingirem os seus objetivos pessoais e não com o intuito de pertencerem a algo. A locura do relacionamento entre sujeito e cidade é apenas uma consequência das nossas interações e expectativas, para com o nosso contexto.

Enquadradas por esta realidade, algumas definições como a de público e privado tendem a adquirir novas significações e ambiguidades na nossa relação com o espaço. A casa já não é um legado deixado pela família, encarregue de nos advir a memória e salvar os sentidos. A casa é agora um instrumento urbano que nos serve de abrigo ao final do dia e que nos encerra quando acordamos. O espaço público e cada vez mais daqueles que avistamos da janela e o espaço privado dos nossos momentos de isolamento.

Identificado o problema, a investigação aqui apresentada consiste numa reflexão, auxiliada por alguns autores como Massimo Cacciari, Rem Koolhaas, Jane Jacobs, Herman Hertzberger, Aldo Van Eyck, Alisson e Peter Smithson ou Nuno Portas, em torno das relações e dualidades entre sujeito/cidade, privado/público e habitação/rua. O Espaço Intersticial em Habitação Colectiva (EIHC) foi o nome atribuído a um espaço capaz de fazer a ligação entre a cidade, enquanto espaço público materializada pela rua, e o sujeito, metaforizado pelo apartamento enquanto espaço privado.

A Rua Reconstruída resume-se assim ao escalonamento entre a rua e o espaço privado. Para além da definição de um programa com vários graus de pregnância/ocia esta investigação também apresenta várias possibilidades de resposta aos momentos de transição entre os vários graus de privacidade, contribuindo para uma apresentação mais clara à fase do projecto.

2. Processo de Desenvolvimento

O processo de desenvolvimento da Rua Reconstruída nem sempre foi linear, o que nesta altura é dado como a apresentação de algumas premissas capazes de orientarem um projecto preocupado com o EIHC, foi antes o desenvolvimento de um projecto de habitação colectiva, No início deste processo, enquanto fase de projecto, foi estipulada uma intenção de desenvolver os espaços intersticiais de um quarteirão habitacional sem lugar pré-definido. Assim, era dado como relevante a escolha de um quarteirão tipo, cuja dimensão fosse capaz de delimitar a escala da intervenção.

A intenção de desenvolver um projecto sem lugar encontrava-se justificada por um desejo de tornar a investigação mais direccionada para o objecto em estudo, descobrindo à inclusão de uma nova investigação que contemplasse as preocupações inerentes ao estudo de um determinado lugar. Assim sendo, o processo de desenvolvimento passaria agora pelo determinação de um quarteirão que servisse de base a este projecto.

Encontrando-se esta investigação associada à vida na cidade e contendo Lisboa uma realidade urbana próxima e caracterizada por vários acontecimentos que enfatizam a ideia de cidade genética e fragmentada, necessitada de espaços e momentos de socialização, insurgiu-se, quase como inevitável a necessidade de determinar a escala desta investigação tendo por base um quarteirão da malha urbana da capital portuguesa.

O processo de selecção do quarteirão que viria a servir de referência à escala do projecto teve como primeiro passo a determinação de uma questão: como se caracterizam, actualmente, espaços de menos mais ou menos públicos e que tipo de repetição existe ao longo da malha, de modo a tornar o processo o mais generalizável possível e proporcionando uma investigação mais focada na exponenciação do Espaço Intersticial em Habitação Colectiva.

Encontrando-se o projecto geograficamente enquadrado, a fase seguinte consistiu em encontrar um quarteirão com uma escala considerada aceitável e disponível para a experimentação de algumas possibilidades de conjugação de conteúdos programáticos de carácter público e privado, sem que houvesse uma dissolução do espaço habitacional, nem um

continua na página 2

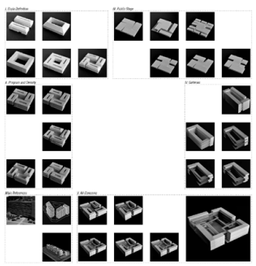

***Imagem A** Assumo do Processo de Desenvolvimento tomado através de Maquetes*

Todo este enfoque procura contextualizar um trabalho de investigação não só baseado em ensaios teóricos mas também no desenvolvimento de um projecto como forma de chegar a algumas conclusões. Assim sendo e mais do que a formalização de uma proposta encerrada na representação de um objecto específico, A Rua Reconstrùída consiste na determinação de algumas premissas capazes de contribuírem para a formulação de um projecto urbano de habitação, atento ao actual desfasamento entre sujeito e cidade, percebendo e mediando a transição entre público e privado, sem fragilizar as suas finalidades.

Todo este enfoque procura contextualizar um trabalho de investigação não só baseado em ensaios teóricos mas também no desenvolvimento de um projecto como forma de chegar a algumas conclusões. Assim sendo e mais do que a formalizaçãoo de una proposta encerrada na representação de un objecto específico, A Rua Reconstrùída consiste na determinação de algumas premissas capazes de contribuírem para a formulação de un projecto urbano de habitação, atento ao actual desfasamento entre sujeito e cidade, percebendo e mediando a transição entre público e privado, sem fragilizar as suas finalidades.

3. Definição do Programa

No decorrer desta investigação foram considerados alguns projectos de referência que viriam a contribuir para a definição do programa estabelecido para este trabalho. O primeiro exemplo foi o edifício ***Narkomfin*** que se caracterizava por dissociar os espaços domésticos alguns dos tradicionais espaços pertencentes ao apartamento, tais como as salas de jantar, as cozinhas e as lavandarias, reorganizando-os como espaços comuns a todos os utilizadores do edifício. Para além destes espaços domesticos, convertidos em espaços comentários, Moisei Ginzburg e Ignaty Milinis ainda acrescentaram à zona pública do projecto um berçário. Desta feita, o edifício Narkomfin passou a ser composto por pequenas células habitacionais que, articuladas por galerias, comunicavam com os diferentes espaços comunitários.

Do entre os três exemplos aqui apresentados, a ***Unidade de Habitação de Marselha*** foi aquele que se demonstrou como o mais enriquecedor para o seu trabalho de investigação. Le Corbusier desenvolveu uma vivenda integrada de assumir o tal-terraase como o lugar público do edifício, encastrando-o como um ponto de encontro entre moradores.

O terceiro e último exemplo, o projecto *IS*, do atelier *MOOV*, reveiou algumas semelhanças funcionais relativamente ao edifício Narkomfin. Também aqui as cozinhas, salas de jantar e lavandarias foram passadas para o espaço comunitário, assim como o facto do acesso aos espaços privados ser efectuado através de galerias. Para além de outras características, esta proposta dispõem de dois pisos públicos, o piso térreo, com espaço para actividades portuais de rua e o terraço, que funcionaria como espaço de abrigo a um bar que, com facilidade, tinha partido da boa exposição solar e de uma envolvigada vista sobre Lisboa. No entanto, os factores de maior relevância acabam por ser os relativos à ocupação para o qual as células habitacionais foram destinadas e a forma como as galerias de acesso às mesmas estão desenhadas, de modo a proporcionarem um ambiente como extensão ao espaço doméstico.

A junção dos conteúdos programáticos destes três condensadores sociais num único projecto levou a uma proposta habitacional capaz de disponibilizar um leque de ofertas aos seus moradores, própria de uma unidade habitacional e independente da cidade. Nesse sentido a segunda/ão do programa apresentado para o desenvolvimento deste projecto procura funcionar como um lugar de possibilidades capazes de se associarem ao espaço habitacional urbano, de modo a dele poderem tirar partido directo, sem que no entanto seja descorada a importância do relacionamento entre o projecto proposto e a sua envolvente local e imediata.

Com o intuito de prover as variadas possibilidades de implantação desta proposta, procurando considerar as possíveis características e ofertas disponibilizadas por quarteirões próximos à sua possível implantação, organizou-se o programa em três grupos destintos, designadas de Programa Base, Programa Mutável e Programa Opcional.

O **Programa Base** corresponde a todos os elementos fundacionais desta proposta que se assumiam como indispensáveis e que, como tal, deveriam fazer parte desde logo de intervenções, independentemente da variação de áreas de cada um deles. De entre os diferentes elementos programáticos podemos considerar como estruturais o Espaço Habitacional, uma Zona de Restauração Comunitária, uma Área Administrativa e o Espaço Comercial.

O ***Espaço Habitacional*** não pretende ser um objecto de estudo com uma proporção de áreas, estáticas ao restante espaço, estereotipada ou fixa. Porém, é importante considera-lo como o principal espaço a ter em conta, uma vez que se encontra aqui em causa o modo de habitar as cidades. O facto de não ser assumida uma proposição entre o espaço habitacional e o restante projecto, prende-se com a noção de que o espaço habitacional não se deve encontrar circunscrito a um domínio encerrado, na posse de dispositivos capazes de encerrarem público e privado — como é o caso da porta — mas sim de um espaço capaz de formar os demais que lhe sejam adjacentes como uma extensão ao seu domínio e não apenas como um acontecimento separado ou destinto.

Para além de entender o espaço habitacional como uma conjugação de vários domínios que se estendem e propagam aos espaços que lhes são adjacentes também é importante garantir que esses mesmos espaços adjacentes sejam propícios à apropriação. Com o objectivo de proporcionar a esta estrutura um maior número de horas de ocupação, segundo uma maior probabilidade de contacto entre pessoas e, ao mesmo tempo, uma maior vigilância de espaço, é importante estabelecer uma confrontação entre diferentes modos de habitar. Com esse propósito e sugerido o estabelecimento de vários tipos de ocupação, diferenciados por períodos temporais, divididos da seguinte forma: de 1 a 7 dias (tipo A), de 3 a 5 anos (tipo B) e habitação de carácter permanente (tipo C).

A divisão dos períodos de ocupação pretende ser um mesmo dos vários modos de perlenear a uma cidade. Ao estabelecer um período de ocupação que varia de 1 a 7 dias, pretende-se incitar o tipo de ocupação de um hotel, onde os visitantes possam não só conhecer pessoalmente uma cidade mas também fazer parte dela, ainda que de forma temporária, facilitando a partilha de experiências entre ambos, dos propósitos de ocupação mais alongados. Assim sendo, a concepção do cidade global e móvel continua a existir mas, neste caso, com um propósito mais interlúdio e relacional.

Pesente o actual panorama social urbano, as cidades caracterizam-se por uma alicerante e variada oferta de trabalho e, no caso dos mais desenvolvidos, por uma diversificada rede de polos universitários, que disponibilizam várias possibilidades de investigação e mais tarde de trabalho. Com o propósito de integrar as pessoas que se deslocam em direcção as cidades com este objectivo, surgem alguns concelhos no âmbito da habitação como é o caso das residências de estudantes, das residências de trabalho ou até mesmo a noção de incubadora social, como estão sendo exploradas no projecto *IS*.

Para este tipo de ocupações é importante ter em consideração o tempo de ocupação, que deverá ser estabelecido entre um mínimo de 3 e um máximo de 5 anos, correspondendo esse período ao tempo razoável de adaptação a uma nova pessoa, a uma nova realidade e a uma nova vida. Não se tratando de dominios habitacionais com características de permanência, temporalidade ativamente assumida, pretende-se ainda que estes espaços domésticos em espaços comunitários, reduzindo também os seus custos económicos e facultando aos mais jovens a possibilidade de integrarem a cidade.

Com a redução de determinadas tipologias habitacionais a pouco mais de metade da área bruta de cerca de privado, torna-se importante que o restante espaço habitacional, zonas de designio comunitário capazes de suportar as varia ntidades às tipologias, sendo exemplos as lavandarias, as cozinhas, as salas de estar e de jantar e eventuais áreas de trabalho. Ao assumir este gesto torna-se não só possível aumentar o número de habitantes da cidade, como também estabelecer pontos de encontro que estimulem a coesão entre os inúmeros estranhos vizinhos.

A designação permanente, utilizada para apelidar as tipologias de ocupação de longa duração, não pretende designar tipologias que sejam adquiridas a título definitivo mas antes, dominios habitacionais cujo grau de compromisso, de ocupação, seja de carácter mais extenso, em relação a qualquer um dos outros tipos de domínio habitacional servindo, por isso, um propósito semelhante aos apartamentos que são preenchidos por casais com o objectivo de constituirem família.

Ao introduzir este tipo de ocupação ao espaço habitacional, pretende-se estimular num determinado grupo de moradores a vontade e a possibilidade de enraizamento, combinando para uma natural necessidade de preservação de todo o espaço habitacional. No entanto para que isso aconteça, o espaço comunitário deve ser tido em conta como uma extensão ao simples domínio doméstico.

Para qualquer uma das diferentes tipologias habitacional não é pretendida a definição de períodos máximos de ocupação, através da delimitação dos períodos entretenente estabelecidos, mas antes uma definição das características gerais de cada espaço, tendo em consideração o tempo de permanência dos seus respectivos moradores.

A inclusão de uma ***Zona de Restauração*** encontra-se justificada pelo facto de algumas tipologias não se encontrarem equipadas com cozinhas. Se no caso dos espaços habitacionais do tipo B, devido a estas zonas comunitárias que complementam o domínio, nos de tipo A essas zonas complementares não fazia tanto sentido, justificando-se assim a existência de uma zona de restauração. Para além da dependência que alguns dominios possam vir a ter para com este espaço, torna-se importante estabelecer uma zona de refeições de cafés contelados capaz de servir toda a proposta. A vista urbana a que somos sujeitos integra-nos numa realidade onde as nossas rotinas nos indizem a uma redução do tempo que temos para nós próprios, não excupando a essa fatalidade o tempo para cozinhar. Como tal, torna-se importante a existência de um serviço capaz de colmatar essa lacuna e de preferência com preços atractes.

A fim de se conseguir uma maior sustentabilidade deve ser considerada a possibilidade de indutir um caracter público à zona de restauração, servindo dessa forma um propósito mais abrangente que não apenas o de auxiliar o espaço habitacional do projecto. Ao considerar esta possibilidade fá que ter em conta uma qualificada relação entre a zona de restauração e a rua, sem que no entanto haja uma dissociação da relação entre a restauração e o espaço habitacional.

Embora não tenha sido suprimida, em nenhum dos exemplos de condensadores sociais apresentados, a ***Área Administrativa*** apresenta-se com as funções de gestão e preservação do todo a sistante estrutura. Assim sendo, estarão à responsabilidade deste núcleo administrativo: a gestão das contas do todo a estrutura, incluindo os aspectos relacionados com o arrendamento e conservação dos dominios habitacionais; a manutenção dos espaços comuns; a organização dos diferentes tipos de acontecimentos que o projecto possa vir a acolher; podendo tratar-se de eventos de ordem cultural ou social; a segurança do edifício; e a capacidade de tomar decisões relativas a qualquer um dos anteriores pontos referidos, tendo presentes que algumas delas só poderão ser decididas em assembleia.

A integração de espaços habitacionais com outros períodos de ocupação possivelmente sera tendencial necessidade de assegurar a existência de um espaço que facilite a negociação ao arrendamento das tipologias. Ao prever a semelhança de que acontece com as recepções dos hotéis. Ainda com o objectivo de consubstanciar a necessidade das áreas administrativas, encontra-se o entendimento dos espaços intersticiais enquanto espaços propícios à socialização e que, como tal, deverão ser preservados, sendo para isso necessário que alguém o assegure, independentemente da necessidade de preservação implícita a cada morador, ha habitualmente assistimos a espaços de acesso aos apartamentos desprovidos de interesse e qualificação, para este tipo de propostas a intenção passa por propor um EIHC com um significativo grau de importância, ao ponto de justificar a presença de uma entidade responsável pela sua preservação.

O ***Espaço Comercial*** e apresentado como o último elemento pertencente ao programa base e a sua importância encontra-se presente na capacidade que, este tipo de espaços, têm em comunicar com a rua. O comércio é de extrema importância no que concerne à sequência e aos estabelecimentos da rua e como tal é necessário integra-lo num projecto com este grau de ambição como forma de consolidar a ocupação da rua adjacente.

A indução de espaços comerciais legalmente justificada pela capacidade que estes dispositivos urbanos têm em assegurar uma ligação mais complexa do espaço público, através de uma variedade de ocupações ao longo do dia, uma vigilância informal mais dinamizada e a possibilidade de consubstanciação de redes sociais humanas, capazes de mediar e corrobar o contacto entre vizinhos. Independentemente da capacidade que o comércio tem para se relacionar com a rua, o seu entendimento também pode passar pela caracterização de um espaço capaz de absetecer e complementar os espaços habitacionais.

Em determinados exemplos a interpretação da obrigatoriedade do espaço comercial pode ser origem a maus resultados. Um exemplo disso é o caso de alguns quarteirões do Parque das Nações, em Lisboa, onde é possível identificar uma ofensão de se estabelecerem zonas comerciais a cota térrea, de certos quarteirões, mas que pela distância que estes se encontram do centro comercial Vasco da Gama, acabam por ser desertificados. Estes espaços comerciais, à cota térrea dos quarteirões habitacionais, são espaços que facilmente são colonizados em causa, quando procuram servir propósitos que extravasem as funções de mercearias ou cafés.

Para que estes espaços comerciais funcionem é necessário que a sua localização se encontre fora do raio de acção de uma grande superfície ou, no caso de se encontrar abrangido por esse raio de acção, é preciso existir que os encontre processo dessa grande superfície comercial, do modo a poder funcionar como complemento à mesma e nunca como concorrente. A proximidade dos centros comerciais não tem de ser um facto desestabilizador da presença de espaços comerciais de rua e um bom exemplo são os Armazéns do Chiado que parecem funcionar em perfeita harmonia com todo o comércio de rua próximo. O facto de ter considerado o comércio como parte de programa base, prende-se

***Imagem 3.1** Caracterização programática dos diferentes Condensadores Sociais*

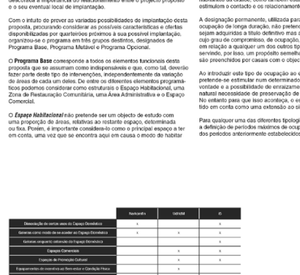

***Imagem 3.2** Gradação de Relacionamento entre os vários Domínios Habitacionais e os restantes elementos do Programa*

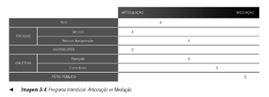

***Imagem 3.4** Programa Intersticial. Articulação ao Mediação*

	BASE	MUTÁVEL	OPCIONAL	INTERSTICIAL
CARACTERÍSTICAS	O Programa Base corresponde-se a todos os elementos fundacionais desta proposta que se assumiam como indispensáveis e que, como tal, deverão fazer parte desde logo de intervenções, independentemente da variação de áreas de cada um deles.	O Programa Mutável é todo aquele(a) todos os espaços(variáveis) que, ao ser re-adaptado, promoverá(ão) a(s) sua(s) ocupação(ões) de acordo com os pressupostos de sociabilização, segurança e bem-estar.	O Programa Opcional assume-se preferencialmente como um conjunto de espaços passíveis de complementarem este tipo de projectos e não propriamente como novos espaços indispensáveis ao bom funcionamento do mesmo. Assim, a sua integração visa completar e diversificar as rotinas dos seus moradores, determinando a consubstanciação de novos pontos de encontro. Não cumprindo uma função específica, estes espaços tendem a apresentar-se com um propósito lúdico. Consequentemente a estes princípios programáticos os Espaços de Actividades Desportivas, as Zonas de Recreio para as crianças e as Áreas destinadas a Práticas Agrícolas, em contexto urbano.	O Programa Intersticial assume-se como um elemento fundacional desta proposta que se assumiam como indispensáveis e que, como tal, deverão fazer parte desde logo de intervenções, independentemente da variação de áreas de cada um deles.
CONTEÚDOS	Espaço Habitacional	Centro de Bem-estar e Fitness	Espaços para Actividades Desportivas	Escadas
	Zona de Restauração	Centro Cultural	Zonas de Recreio para Crianças	Elevadores
	Área Administrativa	Oficinas / Mercados	Espaços para Áreas Agrícolas Urbanas	Galerias
	Espaço Comercial	Eq. de Vivalhado Público		Pátios Públicos

***Imagem 3.5** Definição do Programa*

Não é novidade o facto da produção arquitectónica se ter vindo a tornar num processo cada vez mais visual. (...)

O tempo que actualmente se dedica à reflexão em arquitectura não é mais que o aval, dado pelo arquitecto à sociedade, para a desacreditação da profissão. A própria forma como os trabalhos académicos finais tentam ser catalogados, de práticos ou teóricos, ajuda a perceber algumas das expectativas que se tem relativamente à arquitectura - demarcando o distanciamento entre as duas. No entanto, todas as dissertações dadas como práticas, a meu ver, não são mais do que representações de ideias, que nunca chegam a ser verdadeiramente postas em prática. Todas essas representaçõies, embora se apresentem sobre um discurso muito dependente das imagens, necessitam sempre da narrativa textual para conseguirem comunicar. Não se pretende aqui questionar a capacidade de comunicação de uma imagem mas antes uma sensibilização relativamente ao potencial que um texto pode ter. Tal como nas imagens, também com o texto nos é possìvel simular ou manipular uma realidade, no entanto a utilização deste modo de representação permite-nos ainda estimular a capacidade especulativa de cada um de nós, uma vez que não encerra a sua descrição, exclusivamente, aos elementos que apresenta. O receio de assumir o processo arquitectónico como algo teórico parece reflectir-se no medo de ver a arquitectura representada por algo de apreensão não imediata. Todo este enfoque procura contextualizar um trabalho de investigação não só baseado em ensaios teóricos mas também no desenvolvimento de um projecto como forma de chegar a algumas conclusões. Assim sendo e mais do que a formalizaçãoo de uma proposta encerrada na representação de um objecto específico, A Rua Reconstrùída consiste na determinação de algumas premissas capazes de contribuírem para a formulação de um projecto urbano de habitação, atento ao actual desfasamento entre sujeito e cidade, percebendo e mediando a transição entre público e privado, sem fragilizar as suas finalidades.

NEW HABITAS

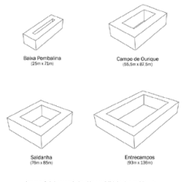

Imagem 2.1. *Xeroscopia de várias possibilidades de quarteirão* ►

Imagem 2.2. *Decomposição do quarteirão tipo da Saldanha com base no quarteirão tipo da Baixa Pombalina* ►

assumir da sua linear delimitação. À semelhança das gradações de privacidade referidas por Herman Hertzberger (*Lições de Arquitectura*, 1991/2006, pp. 14-15), também aqui interessava encontrar um quarteirão onde pudesse ser experimentada uma sequência de espaços capazes de proporcionarem uma difusa e gradual transição entre público e privado.

Do anterior processo de filtragem, foram identificados quatro tipos de quarteirão que se enquadravam nesta selecção e que, como tal, foram tomados como projécto a este desenvolvimento. Fizeram parte desta base os quarteirões tipo da Baixa Pombalina (Ø5m x 71m), de Campo de Ourique (55,5m x 825m) e dois exemplos diferentes do plano das Avenidas Novas, um dotes, próximo da Saldanha (76m x 85m) e o outro, de maior dimensão, situado na Entrecampos (93m x 136m). De entre os vários parâmetros sugeridos, a determinação das suas dimensões máximas viria a ser estabelecida pela legislação expressa no PDM de Lisboa, consubstanciando, uma volumetria específica, para cada um dos casos [Imagem 2.1].

A possibilidade de intervir num quarteirão com a dimensão de um quarteirão da Baixa Pombalina, desde cedo se apresentou como uma possibilidade aliciante, uma vez que, a sua configuração facilmente conduziria a um desenvolvimento em galeria interior. Porém, a sua escala diminuta dificultava a interacção da habitação com novos contextos programáticos de carácter público, dificultando a noção de gradação entre diferentes escalas de privacidade. No extremo oposto, o desenvolvimento do quarteirão tipo presente em Entrecampos, por se tratar daquele que dispunha de maiores dimensões, acabou por ser remetido para último plano, uma vez que, se fosse possível considerar um modelo de desenvolvimento de menores dimensões, facilmente esta possível requisito para uma escala maior sem perder nenhuma das suas principais valências.

Restavam então os quarteirões tipo de Campo de Ourique e de Saldanha. Em ambos os casos, estávamos perante zonas residenciais com escalas de trabalho interessantes. Embora o quarteirão de Campo de Ourique seja aquele que mais vezes se reproduz ao longo da malha lisboeta, a decisão final acabou por recair sobre o quarteirão de Saldanha, uma vez que este, dentro daqueles que pareciam ser as escalas mais adequadas para a experimentação de uma proposta desde tipo, potenciava uma maior variedade e complexidade à conjugação de elementos programáticos. Ao optar por um quarteirão com uma dimensão maior, tomava-se também possível considerar um maior número de possibilidades de intervenção, de entre elas destaca-se uma organização volumétrica baseada na repetição, por quatro vezes, do um modelo do quarteirão mais pequeno, como o da Baixa Pombalina, ao longo de toda a extensão do quarteirão de Saldanha [Imagem 2.2]. A identificação de um elemento base que pudesse ver a ser repetido por várias vezes, facilitaria a estruturação de um pensamento futuro com base na adição ou remoção dos mesmos, que fosse em representação do programa ou do próprio volume da proposta.

Adoptada a escala do quarteirão tipo da Saldanha, o projecto assumiu seguindo alguns aspectos como, a identificação e estruturação do programa, a definição da densidade do edificado e o desenvolvimento de uma gradação de privacidades, capaz de fazer a ponte entre público e privado. Desta feita, começou-se a desenvolver um projecto que, do ponto de vista programático, procurava ser o mais completo possível, sem que, no entanto, fossem descuradas algumas préocupações de socialização.

No entanto, ao desenvolver um projecto utópico, facilmente poderia ser questionada a sua utilidade e capacidade de comunicar com o local para o qual se vinha a implantar. Tratando-se de uma investigação motivada por relacionamentos e escalas de apropriação, não fazia sentido considerar uma solução na qual a primeira relação, entre o quarteirão e a cidade, falhasse. Nesse sentido, mais do que pensar um projecto de arquitectura, interessava agora apontar várias estratégias e intenções de projecto que consubstanciassem um exercício de trabalho sobre os espaços intersticiais.

A Rua Reconstruída apresenta-se então como uma síntese a um projecto de habitação, fundamentado pela importância que os espaços de mediação podem ter para a interacção entre vizinhos. Com o objectivo de apresentar as conclusões desse reflexão, os dois pontos seguintes consistem na definição e na estruturação de um programa capaz de caracterizar a Rua Reconstruída. Se na definição do programa são apresentados os diferentes usos que um projecto com esta pretensão deve contemplar, considerando-se cada um deles a sua justificação e o seu grau de importância para o resto da estrutura. Na articulação do programa é apresentada uma reflexão que visa descrever a forma como os diferentes espaços se devem relacionar.

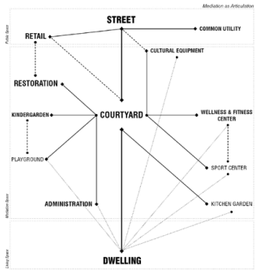

Imagem 3 *Estruturação do Programa*

o tenha de percorrer diariamente, o que facilmente conduziria os seus utilizadores a um percurso alternativo e mais directo. Pondesar a inclusão de alguns elementos mecânicos, para o vencimento de cotas, torna-se então imprescindível como forma de garantir que os picos superiores possam vir a ser utilizados por pessoas de mobilidade reduzida.

Com a introdução de ascensores capazes de conduzirem as pessoas da Rua e do Espaço Público até ao Espaço de Mediação, torna-se conveniente considerar dois aspectos de especial relevância. Num primeiro entendimento, os elevadores não deverão obter demasiado destaque face a outros modos de transposição de cotas, não mecânicos, para que não haja uma desproreção dos instantes elementos de circulação vertical.

O segundo aspecto é introduzido com o objectivo de não deixar as rotinas domésticas do Espaço de Mediação e, para que isso aconteça, os elevadores pevenientes dos Espaços desenvolvidos à cota térrea não deverão chegar até ao Espaço Habitacional. O elevador ao longo deste tipo de percurso deve ser sempre entendido como uma forma de nos aproximarmos de determinados seos mas nunca como um meio para lá chegar directamente, porque caso isso aconteça, o Espaço Intersticial fica resumido a um dispositivo de dimensões limitadas, isolado de qualquer noção de socialização.

Dedluz-se então que a forma mais propícia de articular a cota térrea e o Espaço de Mediação é obtida através de escadas. Porém, a sua aplicação não se deve resumir a uma espécie de um mesmo elemento ao longo das vielas ligações estabelecidas. Estas escapos podem e devem ser considerados a ritmos diferentes, com propósitos de apropriação distintos e com possíveis usos adjacentes de forma a completá-los. Ao introduzir uma escadaria que não se limite a responder a um propósito técnico, como acontece com as escadas de serviço, estamos a acrescentar novos espaços passíveis de serem ocupados. Mais do que a simples relação de articulação entre cotas, usos ou ambientes, estes elementos do Espaço Intersticial devem ser capazes de assumir propósitos em si mesmos, independentemente da formalidade da sua apropriação.

O ritmo a que uma escada é percorrida pode ser, tanto influenciado pelas dimensões dos degraus que a compõem como também pela forma como as pessoas as ocupam. Se o degrau for desenhado com um espírito mais pequeno e com um cobertor mais comprido, o ritmo tende a ser mais pausado, possibilitando uma transposição mais atenta ao espaço em redor [Imagem 4.12]. Com um ritmo mais lento de transposição, estes espaços começam a ser propícios para a introdução de novos usos público que complementem o seu aforamento. Desta feita, este espaço de circulação passa também a funcionar como uma possível extensão aos usos que lhe sejam adjacentes [Imagem 4.13].

Desenhando os degraus com um espelho mais alto e com um cobertor mais curto, o vencimento de uma cota é estabelecido a uma velocidade maior e numa menor extensão. Porém, com um vencimento de cotas mais denso, o percurso torna-se mais exigente do ponto de vista físico e, como tal, torna-se necessário pontuá-lo com patamares de descanso [Imagem 4.14]. A introdução dos patamares é sugerida pela necessidade de proporcionar percursos menos cansativo e mais aprazíveis, sendo por isso necessário a inclusão de um momento de quebra. O momento de quebra é o momento que os espaços intersticiais reclamam como motivo para estabelecerem "a place made for an occasion" (Van Eyck, *Otterlo Meeting*, 1962, p. 96).

Com dograsos mais curtos e mais altos, o espaço para o desenvolvimento dos patamares aumenta e com eles aumentam também as suas possibilidades de ocupação. Ao estabelecer patamares de maiores dimensões é possível reproduzir as zonas que sirvam de extensão aos usos que lhes possam vir a ser adjacentes, como também é possível proporcionar pequenas zonas de recreio para as crianças. Com a introdução de algumas peças do mobiliário é possível simular um pequeno campo de jogos para os mais novos, inclusivamente com espaço para eventuais espectadores [Imagem 4.15].

Em determinadas escadas e no caso de haver área disponível, um dos patamares pode ser convertido numa área de estadia semelhante as áreas de estadia referidas anteriormente [Imagens 4.8 e 4.9], sendo para isso necessário que esses patamares não se distanciem da cota térrea por um número de degraus muito superior a quatro. A fácil apreprigação das escadas, por parte das pessoas, é um aspecto que mais uma vez vale referir. As escadas não se limitam a articular espaços como acontece habitualmente com os elevadores. A ocupação das escadas faz parte de um natural processo de apropriação do espaço, inerente ao ser humano. Quando complementadas por certos apontamentos – como a definição das dimensões dos degraus, a existência de usos adjacentes, o dimensionamento dos patamares ou a inclusão de mobiliário urbano – as escadas conseguem com facilidade potenciar a sua utilização [Imagem 4.16].

Estabelecida a relação da Rua e do Espaço Público com o Espaço de Mediação, podemos dar por encerrados os limites do domínio público. Assim sendo, o próximo Espaço Intersticial ou momento de transição passa a definir a entrada no Espaço Habitacional, espaço esse que à partida deve garantir uma maior privacidade em relação ao domínio público.

A determinação de diferentes **Espaços Intersticiais** é importante para que haja uma reflexão sobre o modo como os limites dos diferentes espaços são determinados. Na transição do Espaço de Mediação para o Espaço Habitacional é importante que haja um grande contraste na definição ou diluição de uma fronteira, de maneira a que não haja um conflito entre público e privado. Para que possa existir um equilíbrio entre estes dois Espaços é desejável que os espaços que antecedem os diferentes domínios habitacionais tenham dimensões próprias à sua habitabilidade. De entre as várias possibilidades estudadas, o acesso feito às tipologias, desenvolvido em galeria foi aquele que melhor se parece adaptar a um projecto com estas características.

Ao introduzir as galerias num projecto de habitação colectiva, pretende-se estabelecer um ambiente semelhante ao da "rua de convivência", sugerido por Herman Hertzberger (*Lições de Arquitectura*, 1991/2006, pp. 49-40), onde assistência à ocupação do espaço adjacente ao (terraço habitacional, como se de uma parte da casa se tratasse, o que por sua vez conduz a uma natural intersecção entre vizinhos.

A formalização das galerias deve ser considerada através de corredores e/ ou rampas que sejam capazes de potenciar uma gradação de privacidades. Mais do que meros espaços de circulação, os corredores das galerias devem ser organizados de modo a fazerem parte da vida doméstica dos domínios que lhes sejam adjacentes. Embora sejam designados de corredores, estes espaços, devem ser entendidos como pequenas ruas de convivência distribuídas ao longo de vielas cotas. Para além da considerável dimensão que os corredores devem ter, com o objectivo de os tornar apropiáveis, também é importante incluir algumas bolsas capazes de receberem diferentes usos de complemento ao espaço doméstico.

No entanto, para tornar estes corredores acessíveis é necessário englobar diferentes tipos de elementos de circulação vertical, como as rampas, os elevadores e as escadas de serviço. Embora os ascensores e as escadas de serviços sejam elementos obrigatórios, pela legislação, é com as rampas que mais dinâmicas de apropriação um projecto habitacional, desenvolvido neste âmbito, consegue. As rampas não só devem servir de alternativa aos convencionais processos de vencimento de cotas, como também devem ter partido de um, tendencial, atravessamento mais desaceleirado e pontual por parte dos moradores. Com estas premissas e tendo em conta a sua relação com o Espaço de Mediação, as galerias juntamente com o pátio público poderão ser capazes de receber alguns acontecimentos de ordem social, cultural ou comercial.

Tanto os elevadores como as escadas de serviço devem fazer parte de uma proposta com estas características, pela sua capacidade de minimizar distâncias. Se a existência de elementos mais ostensivos, como as rampas, foram aplicados com o objectivo de estabelecer a recepção, também os elevadores e as escadas de serviço devem ser utilizadas como garantias de uma rotina mais agradável. Contudo, nem os elevadores, nem as escadas de serviço devem ter a capacidade de privarem as pessoas do espaço comunitário.

Ao desenvolver galerias com dimensão suficiente para receberem contextos programáticos e para corresponderem a um vencimento de cotas, torna-se, relativamente, fácil obter grandes zonas de sombra nos pisos inferiores. Nesse sentido, é conveniente organizar as galerias do forma a que os pisos inferiores não sejam demasiadamente sacrificados com o encontramento resultante dos troços de galeria dos pisos superiores.

No que diz respeito ao **Espaço Habitacional** aqui presente, é possível encontrar uma correspondência directa com aquele que é referido no Programa Base. Resumidamente o Espaço Habitacional é composto pelo espaço comunitário e por diferentes tipologias habitacionais. Desta feita, o espaço comunitário corresponde a todo o espaço adjacente aos domínios habitacionais, funcionando como uma extensão dos mesmos, sendo que, em alguns casos, serve também o propósito de complementar os seus usos domésticos. A fomralização destes espaços comunitários, pode ser assim considerada através de galerias do acesso aos diferentes domínios, com dimensões consideráveis e que, quando complementadas por algumas bolsas, sejam capazes de estabelecer alguns usos comunitários de apoio aos domínios habitacionais.

O domínio habitacional pretende designar todos os espaços correspondentes aos fogos, domicílios ou tipologias habitacionais – ou seja, o espaço de recolhimento. Como foi referido no Programa Base, é conveniente considerar três tipos de domínios caracterizados a partida pela diferença de longosidades de ocupação. Tendo em vista a distribuição dos diferentes tipologias é conveniente considerar a mistura entre eles como forma de bier partido de cruzamento de ritmos e vistas distintos, que deles possam ir a ser pervenientes. Adoptada uma mistura entre os diferentes tipos de domínio há que ter em conta dois relevantes aspectos.

O primeiro aspecto, que diz respeito aos domínios habitacionais do tipo A, de curta duração de ocupação, o reforço a necessidade que há em distribuí-los com alguma proximidade uns dos outros, de modo a tornar a sua manutenção diária mais acessível. O segundo aspecto, aluda para a importância dos últimos pisos serem mais povoados por domínios habitacionais do tipo C, como forma de lhes conferir alguma privacidade extra, para quem assim o deseje; mas também com o intuito de introduzir aos seus moradores, do maior longevidade de permanência, uma visão privilegiada sobre os diferentes acontecimentos dos Espaço Habitacional, como pretexto para uma, possível, necessidade de vigilância e preservação do espaço.

No entanto, ao considerar este segundo ponto deve ser tido em atenção a possibilidade de alguns moradores quererem considerar o encerramento de alguns dos troços de galeria mesmo acessíveis, para privarem privado, contrariando as intenções primordiais deste tipo de propostas. Para que isso não aconteça é necessário evitar que o final dos corredores das galerias não se resumas a um espaço residual e pouco definido.

À semelhança daquilo que deve existir na formalização de uma proposta desde género, também o Espaço Habitacional deve considerar a existência de uma gradação de privacidade. Embora o espaço comunitário e os domínios habitacionais já constituam um início dessa transição, o próprio espaço doméstico também a deve contemplar. Desta feita, o espaço doméstico deve ser dividido em espaço social e em espaço privado. Ao fazer esta diferenciação o espaço social deve encontrar-se no seguimento do espaço comunitário, deixando para último lugar o aforamento do espaço privado.

No decorrer da articulação do programa, procurou-se contemplar os diferentes elementos programáticos ao longo dos vários espaços que caracterizam um projecto deste género. Porém, os elementos pertencentes ao Programa Opcional acabaram por não ser integrados em nenhum dos espaços. O motivo que levou a que isso acontecesse prende-se com o facto da incorporação de qualquer um dos seus elementos estar em aberto, podendo qualquer elemento do Programa Opcional poder vir a ser introduzido tanto no Espaço Público, como no Espaço de Mediação, como até no Espaço Habitacional.

Aparentemente conduzida, numa etapa inicial, rumo a um processo de formalização de todos os pressupostos aprendidos ao longo da investigação, a Rua Reconstruída projectava os espectáveis de uma resolução projectual capaz de se contrapor ao actual cenário. Porem, ao longo do desenvolvimento do projecto, constatou-se que o projecto tive-se transformando em princípios ou estratégias de intervenção capazes de satisfazerem a noção de espaço intersticial, enquanto espaço apropriável e propício à socialização. Desta feita, o resultado é apresentado, como foi demonstrado, sobe a forma de algumas premissas capazes de acutilarem o processo de desenvolvimento de um projecto com estas características.

O processo de determinação de espaço intersticial, resumidamente, deve ser entendido como uma gestão mais cuidada das delimitações, normalmente aplicadas, aos diferentes espaços, domínios ou compartimentos. Num projecto habitacional urbano todos os espaços devem ser entendidos como uma sequência de acontecimentos capazes de fazerem a ponte entre privado e público. Os espaços de transição nunca deverão ser assumidos como espaços residuais com a única função de articular programa. Assim sendo, o potencial deste tipo de intervenções encontra-se presente na subversão de elementos de circulação em áreas habitáveis, capazes de promoverem os relacionamentos entre vizinhos, de garantirem a segurança de toda a estrutura e de estimularem, nos seus moradores, a necessidade de ocupação e preservação dos espaços adjacentes às unidades habitacionais.

4. *Estruturação do Programa*

Se anteriormente havia sido feita uma divisão dos vários elementos do programa, segundo uma lógica que pretendia estabelecer vários graus de importância e aglicotinidade, para esta fase foi estabelecida uma estruturação do mesmo com base numa gradação de privacidades, estabelecida desde a rua até ao domínio habitacional. Assim sendo, um projecto desde género deve ser organizado em quatro tipos de espaço, sendo que em ordem, o Espaço Intersticial, tem a função de fazer com que os restantes – Espaço Público, Espaço de Mediação e Espaço Habitacional – se relacionem uns com os outros.

O processo de desenvolvimento de uma investigação deste tipo deve considerar – no âmbito de uma estruturação gradual, com início no espaço público e fim no privado – a Rua como ponto de partida de uma narrativa que procure pertencer à cidade. Por se tratar da representação mais imediata que temos de cidade, a rua, embora alvo de algumas modificações consequentes do aumento do tráfego automóvel, deve ser entendida como um espaço de interacção social. No caso da rua se encontrar desafrtuada pelos fluxos, cabe às intervenções desde género restabelecerem os princípios de socialização próprios da via pública.

Com este propósito é essencial ter em consideração o relacionamento da Rua tanto com o Espaço Público, como com o Espaço de Mediação. Embora seja possível estabelecer uma relação, pontual, entre a rua e o Espaço Habitacional, é conveniente considerar o seu elevado grau de risco para com o projecto, uma vez que é posta em causa a existência de um Espaço de Mediação capaz de estabelecer uma gradual transição entre público e privado, facto que viria a debilitar todos os pressupostos desde tipo de projectos. Com o intuito de introduzir a relação da Rua com o Espaço Público, torna-se importante identificar as características deste primeiro espaço que consolida com a rua.

O **Espaço Público** deve ser entendido como um espaço capaz de potenciar as vivências da rua, dentro dos pressupostos de integração do proposta. Funcionando como uma extensão da Rua, este espaço deverá ser desmonolítico, tendencialmente, próximo da cota térrea. As diferenças a delimitação deste espaço, a sua permeabilidade a descontinuidade aumenta, evidenciando também um melhor preenchimento da sua área. No entanto, a dissolução dos limites não é suficiente para que haja uma apropriação concreta.

Nesse sentido, o Espaço Público deve ser, maioritariamente, destinado a propósitos comerciais. Ao atribuir um propósito comercial ao Espaço Público pretende-se garantir uma maior ocupação das lojas de apoio à rua, uma maior variedade de utilizadores, a presença de figuras de confiança, a disponibilização de postos de vigilância e uma maior duração dos períodos de ocupação da rua. Atribuída, ao Espaço Público, uma área significativa, deverá ser feita em conta a possibilidade de incluir um equipamento público, de maior dimensão, capaz de acrescentar novas valências ao bairro para o qual o projecto venha a ser destinado. Com a clarificação de Espaço Público, torna-se então possível tirar da sua relação com a Rua. Porém, há que ter em consideração o facto de relacionamento entre a rua e um projecto deste tipo não se resumir à interacção entre estes dois espaços.

De um modo geral, é com uma certa naturalidade que somos confrontados com propostas que passam ao lado da realidade a que se destinam. Ao nível de implantação, para o qual são projectados, acabando por os edificar em nove totalidade. Contudo, quando este exercício se cotiado, os passeios ficam demasiado à áreas mínimas de circulação, o que na maioria dos casos dá origem a uma sensação desconfortável. Uma das formas de apaziguar eventuais acidentes surge da implementação de uma faixa, adjacente ao passeio, reservada para o estacionamento automóvel.

Com esta medida, são disponibilizados mais lugares – que no caso de Lisboa, nunca parecem existir em excesso – e é estabelecida uma barreira que ajuda a distanciar as faixas de rodagem automóvel das zonas de circulação dos passeios. Para além dos carros estacionados ao longo dos passeios, também nos é possível encontrar, de um modo geral, vários estabelecimentos comerciais ao longo das ruas. Ao introduzir espaços comerciais à cota da rua, conseguimos a dissolver a barreia entre o fóra e a rua, acrescentando-lhe uma maior extensão de área acessível e novas valências de ocupação [Imagem 4.3].

Porém, se recuarmos apenas o Espaço Público, em relação ao resto do edifício, conseguimos aumentar o passeio, tornando o espaço destinado à circulação pedonal mais confortável e com dois níveis de apropriação. Num primeiro nível obtemos um espaço destinado à normal circulação de peões, enquanto num segundo, seguardado dos factores meteorológicos adversos, podemos encontrar um espaço com o propósito de comunicar, a um último mais descacelarado, com as zonas comerciais. Ao recuar o Espaço Público, acabamos por não perder área útil, uma vez que, com este gesto, é estabelecido um espaço de articulação entre a Rua e o projecto, funcionando como uma extensão capaz de servir qualquer um dos propósitos que lhe sejam adjacentes [Imagem 4.2].

Se em vez de se recuar apenas o Espaço Público, recuarmos todo o edifício, conseguimos obter um passeio igualmente amplo mas também mais exposto aos factores climatéricos. Assim sendo, a rua continua a ter dois níveis distintos de apropriação. No caso do primeiro nível, voltamos a ter um espaço destinado à normal circulação pedonal, enquanto que no segundo nível, o espaço começa a adquirir valências propícias à introdução de espaços de esplanada [Imagem 4.4].

Com o recuar de todo o edifício toma-se possível a introdução do elementos arbóreos que possam vir a contribuir para o encombramento de certos espaços de rua, como é o caso das zonas de circulação, das esplanadas e das faixas destinadas a servir o propósito de parque automóvel. Não servindo só para proporcionarem sombra, as árvores, também podem funcionar como barreira sonora ao ruído proveniente dos casos, para além de contribuirem para o enriviramento do ar oxigenado. Ao contrário do exemplo anterior, neste caso com o recuar de toda a fachada, há que ter em conta a perda de área útil nos pisos superiores.

Ao considerar este tipo de propostas não basta estabelecer uma relação pontual entre o Espaço Público e a Rua, também é necessário conjugar o Espaço de Mediação a esta equação de articulação entre usos. O Espaço de Mediação deve ser encarado não pesde possuo com um espaço nuclear, por onde deverá passar toda a vida de uma estrutura destas. Este espaço poderá assim ser entendido como uma rótula de articulação entre a vida pública, fixalizada através da Rua e do Espaço Público, com a vida privada, representada pelo Espaço Habitacional.

Procurando funcionar como poste entre dois domínios destintos, o **Espaço de Mediação** deve ser dotado de equipamentos que complementem o propósito habitacional e, ao mesmo tempo, sejam de designo público, procurando estabelecer uma ocupação mista, entre moradores e visitantes. Para estão ser contemplados neste espaço alguns usos como a zona de restauração, a área administrativa, assim como também as garantias de alguns tipos de equipamento como o Bom-sotia e Rhous, Centro Cultural e o Infantário ou a Creoo.

Para além da variedade de ofertas citadas que o Espaço de Mediação deve fornecer, deve também ser assegurada a presença de um pátio de entrada que, não só deverá ser capaz de consentir qualquer um dos equipamentos, acabados de mencionar, como também deve ter a capacidade de assumir uma finalidade em si mesmo.

Por se tratar de um espaço com o objectivo de gradual a transição entre o Espaço Público e a Rua, tendencialmente desenvolvidos à cota térrea, o Espaço Habitacional, desenvolvido a uma certa altura, é com alguma naturalidade que o Espaço de Mediação é preferencialmente ocupado a uma cota superior. Esta consolidação assim a função da qual a sua denominação o apelida [Imagem 4.5]. Como havia sido referido há uns parágrafos atrás, a relação entre a rua e uma estrutura desta tipo, não se resume à conjugação da Rua com o Espaço Público, sendo por isso também necessário considerar o Espaço de Mediação. Ao incluir este espaço no processo de relacionamento do projecto com a rua, a relação passa a ser considerada a duas cotas, o que possibilita recuos da fachada em relação à rua, maiores e mais complexos.

Se considerarmos um recuo do Espaço Público, superior ao dos passeios existentes e se o Espaço de Mediação o acompanhar nessa extensão, estabelecemos uma área de transição mais profunda para uma zona de pé direito duplo. A existência de dois níveis de apropriação, na rua, volta a registar-se – circulação e esplanadas – mas com a vantagem de, qualquer um dos dois, poder aumentar em relação aos seis primeiros exemplos. A este processo é também acrescentado um novo elemento, não mecânico, que surge com o propósito de articular a Rua e o Espaço Público ao Espaço de Mediação [Imagem 4.6].

Ao recuar ao máximo o primeiro piso, acabamos por dispensar demasiado Espaço de Mediação. Porém, se o recuarmos um pouco menos, somos capazes de conseguir mais área à sua face, pois além de obtermos uma maior complexidade à cota térea. Complexidade essa que advém de uma estratificação do passeio em três níveis de apropriação – circulação, esplanadas e galeria comercial [Imagem 4.7].

Com o objectivo de atribuir novas dinâmicas ao passeio pode-se recorrer à introdução de um pequeno número de degraus. Com este gesto é possível obter novas zonas de apropriação informal, estabelecer novas gradações de privacidade e apresentar ao alunbo os diferentes Espaços da Rua. A obtenção de novas zonas de apropriação informal é facilmente conseguida quando estabelecemos variações entre cotas, uma vez que, tanto os degraus podem servir um propósito de bancada, como também as guardas ou os corrimãos podem funcionar como bancos, mesas ou encostas.

A introdução de degraus surge quando conseguimos proporcionar uma evidenciação da diferenciação de ocupações que o mesmo passeio pode ter. Se utilizarmos, como ponto de partida, um passeio que se encontre estruturado pelos três níveis de apropriação – circulação, esplanadas e galeria comercial – é com facilidade que encontramos no espaço de circulação algumas propriedade que o façam diferir dos restantes. Um exemplo dessa diferenciação passa pela sua proximamento mais afastado em relação ao edificado, levando a que a sua ocupação seja estabelecida a um ritmo mais acelerado e dissociado dos usos adjacentes à rua.

Se subirmos quatro degraus o espaço destinado a esplanadas e/ou galerias comerciais, relativamente ao espaço de circulação da rua, obtemos um espaço de estadia mais resguardado dos fluxos da rua mas que, ao mesmo tempo, não está estabelecer contacto visual com os mesmos. Com a diferenciação, através da variação de cotas das distintas zonas do passeio, os utilizadores da zona mais elevada passaseem a estar ao nível das copas dos arvores, tizendo com que este espaço seja privilegiado em relação à zona de circulação. Porém, o espaço de circulação não deixa de ser confortável, visto manter a visibilidade sobre a totalidade do passeio, mesmo sobre aquele que se estabeleceu a uma cota superior [Imagens 4.8 e 4.9].

Outra possibilidade passa por fazer crescer as zonas de estadia do passeio, em relação à zona de circulação, no entanto, as características do espaço alteram-se em relação ao exemplo anterior. O espaço de circulação passa a estar numa posição privilegiada em relação ao espaço de estadia, permitindo aos seus utilizadores uma apreensão mais completa de todo o espaço que lhe é adjacente. Já no que diz respeito aos espaços de estadia passam de observadores a observados. Com um ângulo de visão mais reduzido, estes espaços conseguem um maior alheamento face à realidade que os rodeia [Imagem 4.10].

Ao baixar a zona de estadia, o projecto tende a direccionar-se para o interior, enquanto que ao subi-lo, o processo inverte-se, voltando a zona de estadia para o exterior. Com estes decíclos vai sendo possível determinar de que forma é que o espaço deve ser mais ou menos delimitado e de que modo é o podemos fazer comunicar com os espaços que lhe são adjacentes, conferindo-lhe algumas características que o tornem mais público ou mais privado. Considerando este tipo de estratégias, é conveniente não exagerar nas variações de cotas, correndo-se o risco de tomar alguns espaços inacessíveis sem o recurso a elementos mecânicos, por parte de pessoas com mobilidade reduzida.

Embora seja tentador criar variações de cotas mais acentuadas, como forma de aproximar o Espaço de Mediação da Rua e também de modo a ganhar mais altura para o desenvolvimento dos pisos habitacionais, é necessário considerar as implicações dessas gestos. Independentemente de se tornarem alguns espaços inacessíveis para pessoas com mobilidade reduzida, é preciso considerar outros aspectos como a avaliação de espaços destinados a esplanadas, por falta da incidência do sol sobre, a quase ocultação do Espaço Público, por tal sido retratido para uma cota subterrânea, e a dissimulação dos elementos arbóreos, perante o tipo de ocupação da cota tenea [Imagens 4.11].

Por se tratar de um espaço com a capacidade de conjugar os usos habitacionais, sem que no entanto se perca o seu caracter público, o Espaço de Mediação deve relacionar-se, tanto com a Rua como com Espaço Público, através de elementos capazes de se ajfamarem no contexto da proposta. Antes de ser entendido como um espaço fundamentalmente desenvolvido à cota do primeiro piso, o Espaço de Mediação deve ser projectado como o hall de entrada de uma intervenção preocupada com o desenvolvimento dos espaços intersticiais. Nesse sentido os elementos de circulação que o antecedem devem ser desenvolvidos com uma importância semelhante à de uma escadaria que antecede o hall de um qualquer espaço nobre. O objectivo não é trabalhar o acesso a estes espaços com um propósito de encumentalidade mas antes com uma intenção de definir hierarquias de apioximação e condições de aproximação.

Considerar a utilização de rampas para o vencimento de uma cota foi alta, como a partida deverá ser a do primeiro piso, poderá tornar o processo de transposição do espaço, demasiado demoroso para quem

Imagem 4.1. *Relação Programática* ►

Imagem 4.2 *Rua vs Espaço Público, Secção 1*

Imagem 4.3 *Rua vs Espaço Público, Secção 2*

Imagem 4.4 *Rua vs Espaço Público, Secção 3*

Imagem 4.5 *Localização relativa do Espaço de Mediação* ►

Imagem 4.6 *Rua vs Espaço Público vs Espaço de Mediação, Secção 4*

Imagem 4.7 *Rua vs Espaço Público vs Espaço de Mediação, Secção 5*

Imagem 4.8 *Rua vs Espaço Público vs Espaço de Mediação, Secção 6*

Imagem 4.9 *Rua vs Espaço Público vs Espaço de Mediação, Secção 7*

Imagem 4.10 *Rua vs Espaço Público vs Espaço de Mediação, Secção 8*

Imagem 4.11 *Rua vs Espaço Público vs Espaço de Mediação, Secção 9*

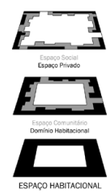

Imagem 4.17 *Decomposição do Espaço Habitacional* ►

Imagem 4.12 *Rua vs Espaço Público vs Espaço de Mediação, Secção 10*

Imagem 4.13 *Rua vs Espaço Público vs Espaço de Mediação, Secção 11*

Imagem 4.14 *Rua vs Espaço Público vs Espaço de Mediação, Secção 12*

Imagem 4.15 *Rua vs Espaço Público vs Espaço de Mediação, Secção 13*

Imagem 4.16 *Rua vs Espaço Público vs Espaço de Mediação, Secção 14*